

**ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SÉCULO 21:  
ANÁLISE DA FORMAÇÃO CIDADÃ NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES  
E NA PRÁTICA EDUCATIVA**

Rosa Helena do Nascimento  
FUNIBER - Fundação Universitaria Iberoamericana - Brasil  
[rosahelenad@gmail.com](mailto:rosahelenad@gmail.com)

## **Introdução**

Trata-se da comunicação da realização da pesquisa *Escolarização de Jovens e Adultos no Século 21: análise da formação cidadã nos documentos orientadores e na prática educativa* com educadores e estudantes da Educação de Jovens. Investigação que corresponde à compreensão das finalidades de educar sujeitos para o exercício da cidadania, vinculada à vida e à realidade social, de acordo com as demandas educativas de jovens e adultos que estão ou já estiveram fora do processo educacional.

A existência da EJA no Brasil é um indicador do quanto é desafiador ter o direito à educação garantido e educar para a cidadania para aqueles que participam e promovem as etapas regular de ensino, respectivamente, pois o contingente de público que não conseguiu terminar a educação básica viveu a exclusão. Estudos mostram os diferentes motivos para que isso ocorra, entre eles, está o de os estudantes não se identificarem com os sentidos das práticas educativas das escolas para suas vidas. Ao mesmo tempo em que para os que conduzem a oferta de escolaridade, prescindir maior compreensão da amplitude do significado que envolve a diretriz da cidadania para a formação do estudante.

O objetivo foi identificar nos documentos de gestão pedagógica e na prática pedagógica de centros educacionais de Educação de Jovens e Adultos do Projeto Sesc Ler, a educação para a cidadania, demarcada na legislação da educação no Brasil (BRASIL, 1988), LDB (BRASIL, 1996), Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013) e nos documentos institucionais do Sesc, que favorecem a construção de uma sociedade democrática com maior equidade, solidariedade e coesão. Os estudos se orientaram ainda em pesquisadores e estudiosos da modalidade EJA e do conceito de cidadania: Freire (1979), Konder (2001), Arroyo (2009)

e Pinsky (2013).

Entre as justificativas para a realização desta pesquisa está o compromisso como gestora do Projeto Sesc Ler e como estudante do curso Gestão de Centros Educacionais, exigir o interesse e a imersão nos documentos gestão e na prática pedagógica, com mais ciência sobre o trabalho de formação; a necessidade de aprimorar o nível de consciência e intencionalidade das equipes de gestores e professores no trabalho voltado para a formação para a cidadania na EJA e, finalmente, a modalidade ser um tema pouco estudado, principalmente na especificidade de formação, currículos e metodologias.

Foi necessário esclarecer as intenções de operacionalização e os procedimentos para tornar factível o alcance do objetivo de formação para a cidadania. Como os estudantes são educados para participar integralmente da vida social? E se tal ação não é visível, como podemos delinear as práticas educativas para assegurar processos para uma trajetória cidadã?

## **Desenvolvimento**

A investigação foi realizada em centros educacionais do Projeto Sesc Ler, uma proposta que visa a escolarização de jovens e adultos em centros de educação de caráter interdisciplinar e participativo, implantados há cerca de 22 anos no interior de estados brasileiros. A característica destes espaços consiste na combinação de atividades pedagógicas da Educação Básica com ações oferecidas por outros programas da instituição, nas áreas de cultura, lazer e saúde que funcionam em diferentes turnos, possibilitando atendimento integral e complementar às diferentes faixas etárias.

Os estudantes têm acesso não só às salas de aula, como também à biblioteca, que dispõe de acervo diversificado, implementado de maneira integrada pelos profissionais das áreas de cultura e educação. Outros espaços próprios para as atividades esportivas, culturais e de atendimento à saúde também são contemplados nestas unidades. O propósito destes espaços é oferecer um atendimento mais ampliado, integrando objetivos curriculares a um leque de atividades socioculturais.

O raio de abrangência dos centros educacionais é ampliado mediante a utilização de espaços complementares cedidos por entidades dispostas a estabelecer parceria nos diferentes territórios. Estes espaços são denominados “salas descentralizadas” e estão

presentes em comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, em instituições religiosas.

A pesquisa foi fundamentada prioritariamente por análise qualitativas. Sendo assim, objetivou-se entender, compreender, descrever fenômenos sociais de modos diferentes, por meio de experiências individuais e coletivas, exames de interlocuções e comunicações, acrescido de investigação de documentos. Os dados coletados por este método de pesquisa são mais subjetivos, por buscar entender um problema ou uma situação por meio de percepções, sentimentos e comportamentos, entre outros aspectos.

A pesquisa foi realizada por meio de grupo de discussão online, questionamentos por meio de formulário e depoimentos dos estudantes, estratégias qualitativas, em unidades escolares do Projeto Sesc Ler, em quatro estados diferentes: Bahia, Maranhão, Pará e Rondônia; 78 participantes, gestores, professores e estudantes de 11 centros educacionais.

Nessa investigação tomou-se partido de um sentido substancial de cidadania na Educação de Jovens e Adultos, atrelando ao conceito, o grau e a forma de participação dos indivíduos e a sua abrangência social. Acolheu-se os sentidos da cidadania da atualidade, assim como para os respectivos territórios de circulação dos estudantes, pautados nas transformações sociais do contexto histórico brasileiro, entendendo-o como ideologia dinâmica e plural, em convergência e entendimento com o que orienta a legislação. Considerou-se ainda que o conceito de cidadania se reconfigura na história, não tem um sentido único nem na mesma época e nem no mesmo território, de acordo com Troiani (2017), tem referência no que aponta Marques (2006), cidadania tem vários significados semânticos em função das ideologias e da fluidez que acompanha o termo, assim para conferir-lhe maior concretude, a cidadania é adjetivada: cidadania responsável, global, plena, total, ativa, passiva etc, e em Coutinho (1999) que esclarece ser a cidadania também uma capacidade que se conquista, soberania popular. Democracia e cidadania como expressões que têm o mesmo sentido, como conceitos históricos e contextuais, aos quais são atribuídos, permanentemente, novas e ricas determinações.

## **Conclusão**

Sobre a formação para cidadania no Projeto Político Pedagógico, está presente em seu conteúdo e no processo de construção, sendo relacionada ao processo de identidade do estudante. Os projetos didáticos têm marcas identitárias, revelam e expõem a diversidade de sujeitos presentes na EJA, mostrando o quanto é importante trabalhar a cidadania desta pluralidade. Por conseguinte, a tomada de consciência do estudante envolve uma ação propositiva em seu contexto, um ato de emancipação e melhoramento de suas condições de vida.

A educação para a cidadania na prática pedagógica se revela na flexibilidade de organização do plano de trabalho, de acordo com as demandas objetivas das comunidades, dentro dos centros educacionais e nas salas descentralizadas. Assim como no trabalho com projetos, currículos transdisciplinares que extrapolam a determinação dos objetos de conhecimento das disciplinas e contempla a realidade da vida. Ademais, os saberes e práticas favorecem a vida na cidade, como por exemplo, desempenhar formas de oralidade adequadas em cada espaço de participação da pessoa. Envolve ainda a ideia do território como espaço educativo, que transforma e é transformado pelos sujeitos que dele participam, trajetória para uma educação mais humana, plural e cidadã.

Os professores compreendem que a educação provocará a mudança quando o estudante conhecer a realidade, em seu contexto político, histórico, cultural e social e se reposicionar eticamente, modificando a forma de agir e pensar. No plano de trabalho, a educação no Sesc, se coloca como espaço de formação de cidadãos críticos, conscientes, desenvolvendo ações que promovam o respeito, a igualdade, a justiça, a inclusão, o respeito à diversidade, por meio de currículos integradores e estratégias transdisciplinares.

No depoimento dos 35 estudantes da EJA o significado da cidadania estava relacionado a direitos e deveres e participação social, como sujeitos atuantes no “destino da sociedade”; ao direito a vida e a propriedade. Classificam as maneiras de ser cidadão; mais discretos ou mais expansivos, “ser educado”, “gentil e aprender a viver”. Ter deveres, por vezes, foi relacionado à humildade, a “ser uma pessoa boa”, a “respeitar sempre o próximo” e a ações solidárias. O direito político de “votar, ser votado”, “ir para as ruas protestar sobre o que não está agradando” e “poder tomar decisões na vida”. “Ter direito de ir e vir no seu país e defender o seu país, ter poder da palavra, ter voz”, atuações propositivas e protagonistas de sujeitos comprometido com o projeto social democrático.

A visibilidade social esteve presente “cidadão é uma pessoa que tem riqueza, muito dinheiro, que participa de muitas coisas, viaja e é conhecido”. A questão do poder de escolha veio na sequência, “Cidadão é pessoa que mora na cidade onde quer morar tem que respeitar o próximo para ser respeitado”. Todas as falas expressam um conceito mais amplo de cidadania, exemplificando a qualidade de ser cidadão.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, mas é preciso atenção e aprofundamento de pesquisa no campo da EJA, a fim de contribuir com diretrizes efetivas para o trabalho e que acolha a realidade de demandas educativas da diversidade do seu público. Assuntos como a interseccionalidade na EJA, que são atravessamentos de identidades, impedimento para o alcance da cidadania em parâmetro de igualdade, não tiveram a devida atenção neste projeto, por incorrer no desvio do objeto da pesquisa.

#### **Referências:**

- ARROYO, Miguel G. (2009). **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- COUTINHO, C.N. Cidadania e Modernidade. **Perspectivas**, São Paulo, v.22, p.41-59, 1999.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica/Diretoria de Currículos e Educação Integral: Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- KONDER, L. Ideologia e política. **Revista USP**, São Paulo, n.49, p. 24-29, março/maio 2001.
- MARQUES, A S. P. A dupla cidadania participativa: A idéia de cidadania nacional e cosmopolita. **NOMOS - Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC**, Ceará, v.26, p. 47-66, 2006.

PINSKY, J., & PINSKY, C. B. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2013.

TROIANI, L. **Direitos humanos na educação, um pilar para o exercício da cidadania**.  
Revista Âmbito Jurídico, 2017. Disponível em:  
<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/direitos-humanos-na-educacao-um-pilar-para-o-exercicio-da-cidadania/>. Acesso em: 07 nov. 2022.